

Política e subjetividade em Montaigne

Politics and Subjectivity in Montaigne

Gilmar Henrique da Conceição *

RESUMO: Investigamos aqui a questão de que Montaigne não somente confere aos Ensaaios a dimensão subjetiva e provisória, como também se contrapõe às noções abstratas e genéricas e aponta a experiência de si como o único saber capaz de orientar, de alguma maneira, nossas ações, sempre singulares e circunstanciadas, referidas sempre a situações particulares. Ao eleger o eu como o exemplo por excelência, o ensaísta enfatiza o ser humano real e concreto, que deve afirmar sua distância com relação às instituições políticas e religiosas.

PALAVRAS-CHAVE: Política. Subjetividade. Montaigne.

ABSTRACT: We investigate here the question of what Montaigne not only gives the Essays and temporary subjective dimension, but also opposes the abstract and general concepts and points to the experience of knowing oneself as the only able to guide, somehow, our actions, always natural and detailed, always referred to specific situations. When you elect me as the example par excellence, the essayist emphasizes the real human and concrete, which must affirm their distance with respect to political and religious institutions.

KEYWORDS: Politics. Subjectivity. Montaigne.

Introdução

Investigamos aqui a questão de que Montaigne não somente confere aos Ensaaios a dimensão subjetiva e provisória, como também se contrapõe às noções abstratas e genéricas e aponta a experiência de si como o único saber capaz de orientar, de alguma maneira, nossas ações, sempre singulares e circunstanciadas, referidas sempre a situações particulares. Ao eleger o eu como o exemplo por excelência, o ensaísta enfatiza o ser humano real e concreto, que deve afirmar sua distância com relação às instituições políticas e religiosas. Não podemos identificar com segurança nossas afecções e disposições, e não podemos determinar nossos movimentos internos, portanto, devido à complexidade e indeterminação de nossas afecções somente podemos ver uma parte do todo, ou um traço entre tantos traços possíveis. Neste sentido, as noções gerais e padrões não podem determinar nossas condutas com certeza e segurança, uma vez que toda tentativa de forçar nossas

* Mestrando em Filosofia - UNIOESTE – Campus de Toledo. Contato: ghconceicao@unioeste.br.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 1	Junho 2010	p.116-133
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

ações a corresponderem às abstrações alcançará, no limite, algum traço de semelhança entre a noção geral e o particular, jamais uma plena correspondência entre ambos. Mas, nunca se poderá ultrapassar os limites da mera semelhança. A consideração da particularidade das situações e da singularidade dos casos conduz Montaigne a afastar os paradigmas externos para recolher-se em si mesmo, buscando na experiência de si, na inspeção meticulosa das condições e matérias singulares de sua ação, algum tipo de orientação para sua conduta política. A prática política do ensaísta provém desta experiência: aprender o que evitar e o que seguir.

Subjetividade é entendida como o espaço de encontro do eu com o mundo social, resultando tanto em marcas singulares na formação do eu quanto na construção de crenças e valores compartilhados na dimensão cultural que vão constituir a experiência histórica e coletiva das sociedades, dos grupos e populações. Montaigne privilegia a pluralidade de vozes que reverberam em sua mente, de forma que os efeitos da polifonia acompanham os Ensaaios, e não renega nada. O ensaísta articula observações feitas a seu respeito às observações feitas em torno de si porque desta experiência de si podemos extrair o reconhecimento de nossa fragilidade. Este reconhecimento da fragilidade traduz-se, na esfera intelectual, por uma atitude perscrutadora e, na esfera moral, pela moderação.

Isso tem implicações políticas porque a comunicação com o outro se dá por “espelhamento”, a que se referem os comentadores: enxergar-se em outro e espelhar o outro em si, numa operação sempre aproximativa e incerta. O espelhamento leva à descoberta de alguma afinidade e semelhança e a relação social se realizará de modo mais feliz e bem sucedido quanto maiores forem os vínculos de convivência e amizade entre os interlocutores. O bom seria que, em sociedade, houvesse assentimento e acolhimento da “advertência” política, assim como se dá na relação de amizade. Ou seja, Montaigne quer que a inspeção e investigação que respalda o juízo relativo desloquem-se da experiência de si para a experiência do coletivo e da opinião pública:

Surpreendentemente, no entanto, [...] o ensaísta parece estender este ofício da advertência, tão próprio – e mesmo, de algum modo, exclusivo – da amizade, justamente para o terreno que lhe parece o mais hostil, aquele das relações (por excelência assimétricas) entre o senhor e súdito”. [...] São os humores, paixões e disposições da opinião pública as afecções sobre as quais, ou mesmo com as quais, atua o homem público [...] Trata-se de espelhar o sujeito político, público, nas afecções públicas¹.

O movimento e a instabilidade não procedem unicamente do exterior de cada pessoa e isso leva Montaigne a romper com o princípio de identidade, de ser sempre igual a si mesmo e a abrir-se para uma experiência em que é possível a diferença e a constatação de uma distância entre o eu em

¹ SCORALICK André. Experiência e Moralidade no último dos *Ensaaios* de Montaigne. São Paulo: USP, 2008. Diss. pps.66-67).

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 1	Junho 2010	p.116-133
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

relação a si mesmo e em relação a outros, onde é possível o desacordo e as contradições: “Todas as contradições em mim se deparam, no fundo como na forma”². Com os Ensaio, Montaigne lega problemas filosóficos fundamentais que contribuíram de alguma forma, para que o tema da subjetividade tenha ganhado a dimensão que ganhou entre os modernos: “Nosso dever primeiro consiste em guiarmos a nós mesmos; para isso estamos no mundo”³. Essa ligação com o próprio ser é profundo, porém não é possível no isolamento, abre-se para a sociedade. Com ele temos a retomada do ceticismo antigo na forma de uma “filosofia da interioridade”. O ceticismo, todavia, não constitui uma fase intermediária, mas uma situação permanente com um lugar bem determinado na visão política de Montaigne. Daí que ele está sempre se pondo à prova e aprendendo e isso expressa nas tentativas de retratar o próprio ser: “essay de ma peinture”⁴ e de tentativas de formar juízos: “*essais de jugement*”⁵ e também registro de uma experiência que não ignora a política: “*registre des essais de ma vie*”⁶. Os Ensaio almejam segurar o eu experimentado na vivência política como mutável em toda a sua amplitude de variações, com o resultado paradoxal que Montaigne a todo o momento reconhece.

A Natureza do Eu e os conflitos sociais

Por intermédio dessa autodescrição o ensaísta eleva-se acima do eu do respectivo instante e visualiza todo o seu ser nos conflitos sociais. Seus escritos tornam-se o meio da totalização e objetivação das auto-experiências e, dessa maneira, o meio da identidade própria. Entre Montaigne e seus escritos ocorre um processo recíproco de constituição e de consubstanciação com o autor: “Eu fiz o meu livro não menos do que o meu livro me fez”⁷. Porém, é um livro que ressalta o seu novo tipo de autodescrição que não visa mostrar-se para os leitores com algum atributo ou aspecto especial ou incomum numa identidade a ser desempenhada, por isso escreve: “eu sou o primeiro a mostrar-me como ser humano comum, como Michel de Montaigne”. Ou seja, ele não se apresenta numa identidade a ser desempenhada, mas na sua identidade pessoal. O ensaísta parte do particular para o geral e do individual para o social.

Neste sentido quando Montaigne observa que cada ser humano carrega em si “toda a imagem da humanidade”⁸ não deve ser compreendido como se o individual se dissolvesse no social. Em Montaigne, a idéia de humanidade se coloca acima da idéia de “pátria” e declara a amizade mais alta

² *Ensaio*, II, 1.

³ *Ensaio* III, 10.

⁴ *Ensaio* III, 9.

⁵ *Ensaio* I, 50.

⁶ *Ensaio* III, 2.

⁷ *Ensaio* II, 18.

⁸ *Ensaio*, III, 2.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 1	Junho 2010	p.116-133
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

ainda que dedica ao gênero humano: "considero todos os homens meus compatriotas e tanto abraço a um polonês como a um francês, pospondo os laços nacionais aos universais e comuns"⁹. Na realidade, em Montaigne o singular não contrasta tanto com o geral da natureza humana, o pessoal não diverge tanto do social; a matriz contrastante é, antes, aquela da socialização do ser humano: "Nada tenho de meu além de mim mesmo; e até esta posse é em parte bem alheio emprestado"¹⁰. Escreve Fetz (1999) que "com isso, Montaigne torna-se o precursor da moderna teoria da identidade; descobre um si-mesmo individual, que se sabe simultaneamente como um si-mesmo socializado"¹¹. Em Montaigne temos, então, a filosofia como forma de vida que se exercita obedecendo a princípios livremente escolhidos, interiormente apropriados, em vez das convenções exteriores, de modo que sua marca distintiva é a auto-referência. Todavia, o ensaísta constata o risco maior para uma vida de acordo com o nosso próprio ser na alienação por meio da sociedade. Não é a referência a si mesmo, mas a relação com os outros que determina, em primeiro lugar, a nossa vida. Quanto mais ele desvela as dependências sociais, tanto mais ele descobre também um si-mesmo autônomo que consegue doar-se na política e subtrair-se a elas.

Montaigne não é incoseqüente em sua decisão filosófica pessoal de levar o uso da razão às últimas conseqüências e isso o leva a uma constatação, e esta o impele à recusa em adotar uma filosofia como verdadeira. Coerente com o seu ceticismo, Montaigne não se engaja em nenhuma "seita" preexistente ou, mais precisamente, em nenhum dos partidos dos filósofos que, por se estreitarem nos limites de um pensamento filosófico que se quer (senão "o único") "o verdadeiro" e "para todos", descartam a subjetividade e acabam por se constituírem em seitas, por isso concorda com o partido dos pirrônicos: "Não há razão que não tenha uma razão contrária dela, diz o mais sábio partido dos filósofos [...]"¹². O partido dos pirrônicos elabora-se em torno de um conceito fundamental: o de *epokhé*, ou suspensão do juízo frente a todos os partidos conflitantes. Ocorre, porém, que essa suspensão "não partidária", não significa apartidarismo visto que o ensaísta busca conciliar ação política e suspensão dos juízos. A adesão filosófica de Montaigne ao ceticismo não constitui uma adesão a um sectarismo (definido pelo assentimento a um dogmatismo), mas, sobretudo como engajamento em um gênero de filosofia, caracterizada pela prática argumentativa destinada à discussão das diversas "partes" daquilo que o rodeia, consciente da impossibilidade de estabelecer uma parte como verdadeira, mas que sabe, no entanto, que é preciso tomar partido e escolher uma parte. O pensamento cético não transgride a autolimitação subjetiva que impõe à validade de seu discurso, uma vez que, pelo avesso do avesso, há o risco do dogmatismo dissimulado se esconder

⁹ *Ensaio* III, 9.

¹⁰ *Ensaio* III, 9.

¹¹ FETZ, Reto Luzius. Michel de Montaigne – Filosofia como busca por auto-identidade. Filósofos da Renascença. Unisinos, 1999, p. 218)

¹² *Ensaio* II, 15.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 1	Junho 2010	p.116-133
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

numa filosofia que se considere liberada de uma postura dogmática. Discutindo a afetação nas formas de escrever, por exemplo, Montaigne reconhece que: “*A force de vouloir eviter l’art et l’affectation, j’y retombe d’une autre part*”¹³. No limite do paradoxo, Montaigne, que coloca em primeiro plano a subjetividade, parece almejar algum grau de generalidade com o relato de sua experiência pessoal. Montaigne insiste em julgar a partir da interioridade:

É um erro julgar unicamente pela ações exteriores, a verdadeira filosofia ensina a julgar a partir do interior, a compreender a motivação do agir com a autonomia do julgamento. Entretanto, a escrita e publicação dos Ensaios continuam a ser a melhor evidência de compromisso político, na medida em que convidam a reflexão moral e filosófica ¹⁴.

A partir de sua experiência pessoal, Montaigne sustenta que os partidos dos filósofos não encontram a verdade, pois nosso juízo natural não apreende claramente o que apreende. Reconhecer, todavia, a diversidade de juízos sobre a realidade nos torna mais tolerantes, sem que abramos mão de nosso próprio juízo como o mais plausível e pertinente sobre a realidade. Ora, Montaigne compreende que buscar universalidade para o seu diagnóstico não se contrapõe à subjetividade da experiência pessoal, portanto, está convencido da validade de seu discurso, ainda que não se proponha como critério para um juízo universal, pois quer que cada um escolha por si mesmo. Assim, esse subjetivismo formulado como postura filosófica, implica em que tal relato da experiência individual e própria parece almejar, inevitavelmente, de alguma forma, algum grau de generalidade:

Tal narrativa tem a curiosa peculiaridade de ser, a um só tempo, a descrição válida da experiência intelectual individual do filósofo, como parte constitutiva desse filosofar à qual ele é imanente e não pode, de direito, transcender (na medida em que esse filósofo não pretende asseverar nenhuma verdade e, nessa medida, nada além do que lhe aparece segundo o seu páthos individual), mas também o engajamento em uma filosofia cuja constituição precede tal experiência e ilumina (sem o que não se pode falar de uma tradição filosófica cética que, nalguma medida, se perpetua além de uma experiência filosófica individual e isolada).¹⁵

A suspensão do juízo não significa a impossibilidade de uma investigação racional, nem imobilismo político, nem muito menos conduta anti-social. Com relação a uma questão relevante colocada pelos comentadores, qual seja a questão de que se, ao rejeitar todos os partidos dos filósofos, Montaigne também inclui o partido dos pirrônicos. Para nós isso parece não estar bem colocado porque afinal o ceticismo é exatamente a perspectiva com que Montaigne vê o movimento da realidade, sem dogmatismo; o próprio ceticismo é a caução filosófica da crítica de Montaigne a todas as demais filosofias. Evidentemente, o movimento do ceticismo não pode se interromper no próprio

¹³ *Ensaio*, II, 17.

¹⁴ PANICHI, Nicola. *Au-delà de la vertu “innocente: Montaigne et les théoriciens de la raison d’État*. Actes Du Colloque International tenu à University of Chicago (Paris) lês 29 et 30 avril 2006 2006, p. 90)

¹⁵ EVA, Luiz. *A Figura do Filósofo: ceticismo e subjetividade em Montaigne*. São Paulo: Ed. Loyola, 2007, p. 260.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 1	Junho 2010	p.116-133
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

ceticismo porque ele se apresenta para Montaigne exatamente como a descrição do movimento, da “passagem” que ele pinta. De modo que isso implica diretamente em que Montaigne possa “reformular” e “reapresentar o ceticismo: “Nem o interesse de Montaigne em restaurar a coerência interna da filosofia cética em sua relação entre teoria e prática, nem seu elogio ao ceticismo, contudo, excluiriam a possibilidade de que ele próprio pensasse filosoficamente de outro modo”¹⁶. A nosso ver, porém, a possibilidade de “pensar de outro modo” não é estranha ao ceticismo; constitui exatamente o seu cerne. A autocrítica é nuclear ao próprio ceticismo, constituindo mesmo a sua substância.

Há um eixo crítico-epistemológico que perpassa quase todos os ensaios. O ensaísta recupera a observação empírica para constituir um conhecimento relativo sobre as condutas, introduzindo a noção de experiência de si como elemento basilar de sua reflexão. Esta observação e inspeção de si revelam-se como fontes primordiais de sua filosofia prática que visa apreender os casos na sua singularidade, na sua irreducibilidade a qualquer forma genérica de identidade.

Somente assim podemos entender sua oposição prática à concepção intelectualista de Platão no que se refere à “conduta moral virtuosa” – assim como a boa atividade política – que se respalda no conhecimento do bem. Na realização da boa atividade política é indispensável habituar as pessoas a agir corretamente e que as instituições e o governante dêem o exemplo. O ensaísta considera que o desejo de conhecer foi dado ao homem para o seu suplício. Não basta ao homem conhecer o bem por meio da deliberação para que aja bem; é necessário, além disso, que ele deseje agir de modo correto. Nesta ótica, o exercício cotidiano do hábito de agir corretamente é um dos alicerces em que jaz a excelência moral – e política - pois se torna um hábito “espontâneo” na vida em sociedade. É claro que essa recusa de Montaigne em admitir o uso de normas ou padrões morais exteriores à constituição do sujeito tem como exceção aquelas que lhe impõem condutas no registro público, frente às quais, o exercício da liberdade deve ocorrer em outros termos¹⁷.

Não há balizas práticas universais, as circunstâncias sempre se alteram e o acaso é sempre o “senhor”, por isso é necessário habituar-se à mudança e à variação, como meio de elaborar para si mesmo uma disposição flexível que possibilite acolher as vicissitudes da vida. Montaigne argumenta contra os partidos interpretativos, não com intuito de aboli-los, mas tão somente de exibir a precipitação dogmática, uma vez que mostra como seria igualmente possível construir uma explicação verossímil com base noutro ponto de partida. Exige que a ação seja sempre renovada e impede a constituição de qualquer critério fixo para sua orientação. É razoável, portanto, suspeitar da maneira como racionalmente os partidos constroem suas explicações. Examinando, por exemplo, as “seitas” estoíca ou epicurista, Montaigne escreve que se vêem infinitos exemplos parecidos, não apenas de

¹⁶ EVA, Luiz. A Figura do Filósofo: ceticismo e subjetividade em Montaigne. São Paulo: Ed. Loyola, 2007, p. 39.

¹⁷ A relação entre o exercício da vida pública e a condução da vida privada é discutida no capítulo “De poupar a vontade” (*Ensaio*, III, 10).

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 1	Junho 2010	p.116-133
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

argumentos falsos, mas ineptos, que não se sustentam e que acusam seus autores não tanto de ignorância quanto de imprudência, nas réplicas que os filósofos se fazem uns aos outros acerca dos dissensos em suas opiniões e seitas. Daí que julga ser melhor suspender a persuasão do que se imiscuir em divisões querelantes e sediciosas, que não levam a lugar nenhum porque nenhuma razão se estabelece sem outra razão. Nenhum partido, nem mesmo o “partido de Montaigne”, deve ser aceito como critério de verdade ante a dúvida cética, pois, “o próprio Montaigne é trespasado pela mesma espada cética que emprega”¹⁸. Nenhum partido dos filósofos suplanta o diagnóstico dos céuticos acerca do desconhecimento humano da verdade. Desse modo, do ponto de vista político, o ceticismo leva Montaigne à prudência, à moderação e ao diálogo, a partir de um exercício autocrítico permanente. Há uma razão de ordem prática, relativa à coesão social, que torna justificado ou mesmo necessário o ato de tomar partido, e admite que alguns partidos podem ser melhores do que outros partidos, desde que não se fechem num sectarismo, se agarrando às teses admitidas como racionalmente irrefutáveis. Não obstante, em alguns momentos, Montaigne também usa a palavra seita para referir-se até mesmo aos pirrônicos. O incansável Montaigne distingue as seitas que seguem “a verdade” das seitas que seguem “a utilidade” e lamenta que aquilo que se apresenta à nossa imaginação como o mais verdadeiro não se apresenta como mais útil. O ensaísta distingue as coisas “*comme elles servent*” (*l’utile*), de “*comme elles sont*” (*l’honnête*)¹⁹. O efeito dogmático dos costumes, porém, atinge a todos. Em razão disso, Montaigne escreve que mesmo as seitas mais ousadas, a Epicurista, a Pirrônica e a da Nova Academia são, ainda elas, constringidas a se dobrarem à lei civil, no fim das contas, e a adotarem o costume como critério prático. Note-se, aí, que até mesmo os pirrônicos (fundamentalmente antidogmáticos) aderem aos costumes pela “utilidade” e pela coesão social. Trata-se da adesão não-dogmática ao *phainómenon* como critério prático em lugar das *sciences* dogmáticas. Ainda que reconheça a *science* como um “partido bem útil e grande”, não passa afinal de um partido, por isso tem valor apenas relativo. Ora, como se observa, Montaigne busca conciliar a suspensão do juízo e a plena adesão à esfera da vida prática, ainda que a depuração total dos costumes não pareça ser humanamente possível realizar. Não é possível suplantar os costumes plenamente assim como não nos é possível sairmos de nós mesmos.

A subjetividade de Montaigne não deve ser compreendida de forma literal como registro de suas características pessoais – como usualmente pensaram alguns comentadores – mas sim como registro de juízo. Montaigne pensa que toda tentativa de saber multiplica as questões e acaba obscurecendo o que se quer esclarecer. O conhecimento que Montaigne alcança de si mesmo foi uma

¹⁸ EVA, Luiz. A Figura do Filósofo: ceticismo e subjetividade em Montaigne. São Paulo: Ed. Loyola, 2007, p. 98.

¹⁹ *Ensaíos*, III, 10.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 1	Junho 2010	p.116-133
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

descoberta feita ao longo dos Ensaaios ²⁰. Plenamente falando, subjetividade não foi o seu ponto de partida, isso somente começa a se tornar mais claro para Montaigne especialmente na metade do segundo ensaio e ao longo do terceiro. Montaigne não nega a natureza do mundo exterior objetivamente existente, nos moldes do idealismo subjetivo que explica o mundo a partir da opinião individual. Pretendemos mostrar, assim, que subjetividade não é o mapeamento de espaços interiores, mas a base de sua ação, enquanto juízo confrontado ininterruptamente com a diversidade e a mutação. Montaigne recorre à filosofia, à literatura, à mitologia, à arte e à história para tirar lições para o eu.

Na primeira página dos Ensaaios, Montaigne adverte ao leitor que “só escrevi para mim mesmo, e alguns íntimos” e que buscou retratar-se em sua simplicidade natural, “sem artifício de nenhuma espécie, porquanto é a mim mesmo que pinto” e que, se outras fossem as circunstâncias, “de bom grado me pintaria nu”, uma vez que “sou eu mesmo a matéria deste livro”. Fincado na idéia de si mesmo, portanto, a perspectiva de Montaigne é subjetiva, de modo que o que ele expõe não é doutrina e sim experiência, “não é lição dada a outrem e sim por mim a mim mesmo”. Desse modo, ele impôs a si mesmo o falar livremente de tudo o que lhe dizia respeito. Ou seja, a partir de sua experiência singular ele pretende repassar o que lhe é útil para o bem-viver, pois pode ser útil aos outros, mas que cada um julgue por si mesmo para não se apegar às apreciações alheias. Busca aprender sempre alguma coisa em suas relações com os outros, como um dos melhores meios de se instruir e reproduz exemplos “tirados do que li, ouvi, fiz, ou disse” (I, XXI). Por isso mesmo: “Em tudo e em todo lugar meus próprios olhos bastam para me controlar, para me por de sobreaviso em relação a mim mesmo” ²¹.

Como quer que seja e quaisquer que sejam as inépcias que me passam pela mente, não as esconderei, como não esconderia meu relato se em vez de jovem e belo me representasse calvo e grisalho como o sou, em verdade. Exponho aqui meus sentimentos e opiniões, dou-os como os concebo e não como os concebem os outros; meu único objetivo é analisar a mim mesmo e o resultado dessa análise pode, amanhã, ser bem diferente do que hoje, se novas experiências me mudarem ²².

Montaigne é o filósofo do movimento ou dos “rudes corcovos” ²³, a que ele se refere, cuja dialética não cessa nunca; cada conclusão a que ele chega é o início de outras perguntas e dúvidas. De fato, Montaigne não sossega; ele é um filósofo das profundezas da consciência, sob a perspectiva de que qualquer ato nosso revela o que somos. As pessoas são diferentes acerca dos estilos, regras e

²⁰ “Tem-se o costume de considerar os primeiros capítulos redigidos por Montaigne (entre 1572 e 1574) ‘textos impessoais’, ao passo que os textos posteriores marcariam a entrada em cena do eu e da preocupação em descrever-se. O que se deve reconhecer, no entanto, é que a ‘pintura do eu’ não é senão a evolução mais tardia de um pensamento orientado de imediato para a vida pessoal; a questão do eu é colocada desde o início”. (STAROBINSKI, Jean. Montaigne em movimento. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia da Letras, 1992, p. 18).

²¹ *Ensaaios*, I, 23.

²² *Ensaaios* I, 26.

²³ *Ensaaios*, III, 12.

formas. Montaigne reconhece que, às vezes, pode “chegar até o osso” com o seu saber. Porém, a partir do juízo (enquanto bom-senso) ele quer ficar, ao acaso, observando a densidade das profundezas daquilo que não compreende, às vezes avançando mais, outras, menos. Mas, como considera a impossibilitado de ver todo o fundo, reflete ligeiramente sobre o que pode, ou seja, sobre “partes” tiradas do todo, e, quando pode, nelas vai cortando: “Entre cem aspectos da mesma coisa, tomo um. E ora o debico apenas, ora o mordisco, ora vou até o osso”²⁴.

O estudo de si e dos outros tem que ser um caminho pelo qual abrimos espaço até as outras pessoas. A sabedoria não pode dar as costas para a política, nem instruir por palavras, mas pela ação, como vimos. A sabedoria é social e não anti-social. O excessivo apego às teorias e aos livros, aliado à solidão e à melancolia, torna-nos inaptos para a vida em sociedade e inábeis na política. Como o pensamento de Montaigne busca a prática, entende que a filosofia é a ciência que nos ensina a viver em sociedade por isso deve estar presente em todos os ambientes e em todas as idades, de modo que as crianças adquiram bons preceitos sobre a valentia, a coragem, a magnanimidade, a moderação e o destemor, que não se contrapõem a civilidade e ao respeito pela alteridade. Montaigne afirma no seu ensaio *Do Medo*²⁵ que a coisa que mais tem medo é o medo de ter medo, mas, isso não se contrapõe à prudência. Afinal ele sabe que o que está em sua mira é o medo enquanto “estranha paixão” que mais depressa tira nosso discernimento fora de sua devida compostura e que tornam muitas pessoas insensatas de medo e provoca terríveis perturbações²⁶. O pavor expulsa do coração toda sabedoria. Claro que o medo é uma paixão natural, mas com Montaigne a discussão sobre o medo não pode ser literária. Nosso autor esclarece que não se refere ao medo que as pessoas mais simples têm por mortos recém saídos do túmulo, e sim ao medo real como o dos soldados que estão a todo o momento arriscando a própria vida. Concretamente, aos soldados na frente de batalha não é dada a “coragem de ter medo”, porque isso pode significar a morte de si e dos amigos, ou então na perda do dever e da honra: “Mas, entre os próprios soldados, onde deveria encontrar menos espaço, quantas vezes transformou um rebanho de ovelhas em esquadrão de couraceiros? juncos e caniços em homens armados e lanceiros? nossos amigos em nossos inimigos? e a cruz branca na vermelha?”²⁷. Montaigne repele o medo que nos impede de olhar de frente e conclui que ora o medo nos dá asas, ora nos prega os pés e os entrava. Mas, Montaigne escolhe aquilo que o impulsiona para a valentia para superar o medo que nos subtrai de nosso dever e de nossa honra, manifestando mais uma vez sua admiração pelos trabalhadores braçais pela forma como lidam com o medo e reconhece que “os pobres, os

²⁴ *Ensaio*, I, 50.

²⁵ *Ensaio*, I, 28.

²⁶ *Ensaio*, I, 28.

²⁷ *Ensaio* I, 18.

banidos, os servos amiúde vivem tão alegremente”²⁸. Portanto a questão montaigneana é: de qual medo estamos falando e o que ele produz em nós?

Efetivamente Montaigne radicaliza, quando escreve que tem medo de ter medo porque o inimigo mais letal do poder político não é a desobediência, visto que a obediência pode ser repostada pela mão do príncipe. O medo de ter medo parece querer escapar ao poder do príncipe, porque não consegue dobrá-lo nem mesmo aquela violência que almeja impor o medo pelo terror. Um dos principais inimigos da ação política é o medo de ter medo.

Politicamente, da mesma forma que não se chega a uma essência como causa das produções constantes da natureza, não se poderia igualmente pretender obter efeitos universais quando da tentativa de interferir na ordem social para mudar seu rumo. O ensaísta amplifica os traços de inconstância e irregularidade do mundo em sua argumentação, sobretudo para denunciar a ilusão da eficácia desta intervenção fundada em um saber das coisas exteriores. Ademais, se há dificuldade em aceitar a “ vaidade ” da presunção de interferir no domínio das coisas naturais, não há menos no domínio das coisas humanas, das leis para as pessoas e da política para a sociedade. A argumentação de Montaigne sobre a dessemelhança alicerça a crítica à tentativa do legislador de aperfeiçoar as leis e de afastar a liberdade de interpretação dos juízes quando de sua aplicação, referindo-as a gêneros e espécies bem determinados de casos ou ainda buscando as suas especificações mínimas de modo a cobrir todas as suas particularidades. Pondera sobre a impossibilidade e vencer a distância entre a infinidade dos casos e a necessária finitude, igualmente numérica, das leis presas aos casos discriminados e arrolados; “ *la multiplication de nos inventions n’arrivera pás à la variation des exemples* ”.

O resultado do movimento político de interesses advém do conflito e do equilíbrio que o determinam, em vista do bem comum perseguido e partilhado. Apesar das partes, alguma convergência é possível. Parece que para Montaigne a possibilidade da vida política depende da dominação consentida e obedecida. Em razão disso, não considera que a medida da dominação seja ilimitada ainda que o Estado tenha o recurso da prisão, da tortura e da ignomínia. Referindo-se à política o ensaísta procura preparar os jovens para tempos difíceis politicamente e alerta para o fato de que havia o risco de até serem presos e torturados, por isso sugere a preparação da resistência física e moral. E mais adiante: “ Habituai-o ao suor e ao frio, ao vento, ao sol, aos acasos que precisa desprezar; tirai-lhe a moleza e o requinte no vestir, no dormir, no comer e no beber: acostumai-o a tudo. Que não seja rapaz bonito e efeminado, mas sadio e vigoroso ”²⁹. Evidentemente certa rudeza na formação não se aproxima da brutalidade. Montaigne quer a preparação para o que der e vier no próximo minuto. Nosso espírito e nosso corpo têm que se acostumar ao que se vive. Nosso paladar

²⁸ *Ensaíos* I, 18.

²⁹ *Ensaíos*, I, 26.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 1	Junho 2010	p.116-133
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

deve ser treinado a se acomodar a tudo o que se come e bebe e, se necessário, saibamos suportar desregramentos e excessos³⁰. Até na devassidão busquemos suplantar os nossos companheiros, e que não façamos o mal por opção e não por carência de forças ou informação. Portanto, é preciso saber fazer o mal, ter forças para fazê-lo, e não querer fazê-lo. Adentrando no tema de escolas de formação da juventude, segundo ele, não deve levar em conta as classes sociais, e retoma a questão pedagógica na perspectiva da ação e da coragem, em vez da contemplação e da fraqueza:

Se o aluno for de tão estranho temperamento que prefira ouvir histórias à narrativa de uma bela viagem ou à de sábios propósitos; que, ao som do tambor que excita o jovem entusiasmo de seus camaradas, se volte para quem o convida a ver histriões; que não ache mais agradável e reconfortante regressar, empoeirado e vitorioso de um combate do que vencedor na péla ou na dança, não vejo outro remédio senão que o preceptor o estrangule logo, em não havendo testemunhas, ou que o coloque como pasteleiro – ainda que seja filho de duque – em qualquer das nossas boas cidades, pois ensina Platão que é preciso colocar as crianças, não de acordo com as posses dos pais, mas segundo as faculdades de seu próprio espírito³¹.

Montaigne pensa ser possível melhorar as instituições para melhorar os homens. Já mencionamos o fato de que para Montaigne a maioria dos homens “piora” e se torna má até por conta das instituições. Em razão disso, o ensaísta afirma que apesar de uma não maioria de homens “fortes e retos”, as instituições são defeituosas. Mas, não basta que as instituições não nos tornem piores, é preciso que nos façam melhores. Os melhores não são necessariamente os mais ricos, de modo que Montaigne considera que não se julgue um homem por suas posses, pois todos podem nos ensinar e serem úteis ao nosso governo: “Terá de sondar o valor de cada um: boiadeiro, pedreiro ou viandante. Cada qual em seu domínio pode revelar-nos coisas interessantes e tudo é útil para nosso governo. As próprias tolices e fraquezas dos outros nos instruem³²”. Como se pode observar, em Montaigne há preocupação com os princípios gerais da sociedade e com todas as pessoas e exige que se interrogue antes as próprias coisas, ao invés de laborar no rastro das palavras ditadas pela memória dos livros. Ao refletir sobre o Estado, Montaigne busca uma sociedade melhor, e reconhece que “eu não sou melancólico, sou sonhador”³³, entretanto ainda que se ache um pouco sonhador, Montaigne confronta implacavelmente sua experiência com os seus sonhos. Entre os dois pólos fica com a realidade sem titubear. Afirma, porém, que sofre somente ao sentir que alguém sofre. Se pudesse, realizar o seu

³⁰ “A justificativa para a experiência do excesso apóia-se nas demandas sociais e no equilíbrio entre conveniências e autonomia moral: na convivência social não se deixará de observar as condutas e os costumes, assumindo atitudes de acordo com o estabelecido e aceito socialmente, ou seja, se agirá com decoro. Entretanto, isso não significa que o julgamento cederá lugar ao convencionalismo social. Muito pelo contrário, a formação moral deve ser a tal ponto segura e o autoconhecimento a tal ponto afiado, que permitirão criar e manter uma linha demarcatória entre a prática segundo os usos e os costumes e o domínio de si. Para Montaigne as condutas sociais e a vida privada constituem campos de interesses e comportamentos distintos que devem permanecer circunscritos a limites bem estabelecidos” (THEOBALDO, Maria Cristina. Sobre o “Da educação das crianças”: a nova maneira de Montaigne. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2008, p. 197.

³¹ *Ensaio*, I, 26.

³² *Ensaio* I, 26.

³³ *Ensaio*, I, 20.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 1	Junho 2010	p.116-133
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

“sonho”, ele gostaria de viver sempre na companhia de pessoas sadias e de bom humor. Na realidade, o que ele quer é que todos vivam sossegados com dignidade. Considera a soberania do povo como a mais “natural” e “racional”³⁴ por isso julga a tirania como uma das coisas “mais triste” e isso o leva a criticar os tiranos que se apossam injustamente dos bens de seus súditos: “Os maiores príncipes, aqueles mesmos que são os mais ricos, quando carecem de dinheiro, quando seus recursos se esgotam, são os mais habitualmente impelidos às piores ações, pois haverá coisa mais triste do que se fazer tirano e se apossar injustamente dos bens de seus súditos?”³⁵.

Como o cético Montaigne justifica sua adesão política? Como assinalamos, não há como deixar de, referirmos ao ceticismo, mas apenas com o intuito de assinalar alguns de seus traços principais. A retomada do ceticismo antigo se explicita na forma de uma filosofia da subjetividade, tornando-se a busca filosófica indissociável da experiência intelectual vivida. Neste sentido percebemos as implicações da noção de subjetividade e os fundamentos do ceticismo³⁶, que servem de base para o pensamento político de Montaigne. Por causa da novidade de seu pensar, ele mesmo se apresentou como um filósofo de nova figura:

Assim a busca de sua novidade filosófica nos conduz a repetidamente reconhecer a fidelidade e o rigor interpretativo com que, retomando o ceticismo antigo, ele adentra em ambientes conceituais originalmente estranhos à problemática cética, valendo-se do paradoxo como instrumento de sua reflexão³⁷.

Montaigne não trabalha em política com conotações objetivas dos conceitos dado que considera a razão desprovida de autonomia e constituída da mesma matéria da qual são feitos os hábitos. Para ele, a razão é incapaz de resolver problemas políticos, religiosos e metafísicos. A identificação de Montaigne com o seu partido, portanto, nunca é absoluta. De fato, porém, Montaigne se colocou a seguinte questão política, sobre a qual ele se posicionou: continuar e conservar³⁸ ou mudar e revolucionar: “Cabia-me apenas conservar e continuar, o que é possível sem ruído e sem que o percebam. As inovações ressaltam naturalmente, mas não são recomendáveis em épocas como a nossa [...]”³⁹. Nunca é demais, porém, certo cuidado com o termo “conservar”⁴⁰. Smith indaga se o

³⁴ *Ensaio*, I, 3.

³⁵ *Ensaio* I, 14.

³⁶ Desde as suas origens, o ceticismo, sob certo aspecto, reflete também uma espécie de revolta contra as especulações abstratas, as controvérsias intermináveis (em que sobressaem os “debatedores”, como ironiza Montaigne) e as verdades com a pretensão de serem absolutas.

³⁷ EVA, Luiz. *A Figura do Filósofo: ceticismo e subjetividade em Montaigne*. São Paulo: Ed. Loyola, 2007, p. 14).

³⁸ SMITH, Plínio. *Continuar e Conservar: Montaigne e o poder*. História: Questões e Debates. Curitiba: Ed. UFPR, n. 25. (Dossiê “Intelectuais e Poder”). 2000.

³⁹ *Ensaio*, III, 10.

⁴⁰ “Na linguagem política de Montaigne, conservar se define por sua oposição a inovar; a conservação recebe seu ‘valor’ lexical de sua relação de contraste com a inovação e as ‘novidades’. Esse par semântico, habitual no

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 1	Junho 2010	p.116-133
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

“conservadorismo” de Montaigne, tal como em geral comentadores o tem compreendido, preserva ou altera o seu sentido nas sucessivas edições dos Ensaios e julga que o ensaísta se torna progressivamente menos “conservador” e que a interpretação tradicional talvez seja mais adequada à primeira edição. Além disso, este comentador alerta para o fato de que é preciso fazer ressalvas à conotação que o termo adquiriu posteriormente e que talvez não caiba aplicar o termo “conservador” ao pensamento político do ensaísta, com o sentido moderno do termo. Todavia, se insistirmos em manter o termo, é forçoso reconhecer que seu conservadorismo é paradoxal, uma vez que não somente admite que não há o que conservar, mas também que sua maneira de ser é diferente dos costumes (públicos e privados) aceitos e, além disso, elabora uma nova concepção de Estado, delimitando nitidamente as esferas do público e do privado⁴¹. Com isso poder-se-ia acomodar as crenças dos partidos católico e protestante em um domínio onde a paz pública não mais estaria ameaçada; nem onde a política poderia ser instrumentalizada para fins particulares. Neste sentido, “conservar” significa, sobretudo, não permitir que o Estado interfira em questões pessoais, visto que constituem um assunto privado e não um assunto público. Conforme Cardoso, em razão das guerras civis, dos sofrimentos, de tantas dissensões religiosas, Montaigne parece que dá a entender que não pode mais partilhar as esperanças que se depositavam nas construções coletivas dos homens (a ciência e a cidade), mas isso não significa desdém pela vida pública e pelo convívio social, ou qualquer desinteresse pela sociedade⁴². Notemos que ele escreve em *De poupar a vontade*⁴³ que “as inovações ressaltam naturalmente” (logo, não é possível interromper “as inovações”, em todas as épocas e lugares), porém pondera que “não são recomendáveis em épocas como a nossa” (deixando em aberto que em outras circunstâncias e épocas, podem ser “recomendáveis”). O Livro III parece ser o mais explicitamente político dos Ensaios. Muitos abusos evidentes podem ser corrigidos sem graves perturbações do Estado, todavia, não se pode opor às mudanças inevitáveis; porque o fato permanece e se justifica. Quando a subversão se torna necessária, ela ocorre, deitando raízes sólidas e é preciso aceitá-la sem prevenção e dispor-se a negociações imprescindíveis com os partidos.

De qualquer modo, ele não se recusa a tomar partido, e a atuar de forma conseqüente com o seu pensamento acerca da subversão, buscando ação e recolhimento, visto que é preciso viver nesse mundo em decomposição e manter sua independência:

século XVI em francês e na maior parte das línguas européias, é profundamente diferente do sistema atual; na língua de hoje, o conceito de conservantismo (ele próprio de formação recente) se define principalmente em relação à noção de progresso, ou (pela simetria dos sufixos) de progressismo, na acepção que adquiriu a partir do século XVIII – sem que, no entanto, o antônimo inovação tenha deixado de contribuir para o ‘valor’ de conservação”. (STAROBINSKI, 1993, p. 254).

⁴¹ SMITH, Plínio. Continuar e Conservar: Montaigne e o poder. História: Questões e Debates. Curitiba: Ed. UFPR, n. 25. (Dossiê “Intelectuais e Poder”). 2000, p. 80.

⁴² CARDOSO, Sergio. O homem, um homem: do humanismo renascentista a Michel de Montaigne. In: *Perturbador Mundo Novo*. Ed. Escuta, São Paulo, 1992, p.49-50.

⁴³ *Ensaaios*, III, 10.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 1	Junho 2010	p.116-133
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

Não acho certo nem honesto, entretanto, quando as agitações subvertem o país e o dividem, permanecer hesitante entre os partidos, sem manifestar preferências ou simpatia nem por um nem por outro [...] É indiscutível tomar partido, deliberadamente [...] Contudo, mesmo os que se comprometem ativamente nas lutas intestinas podem fazê-lo com moderação, de modo que a borrasca não os atinja ⁴⁴.

Ao longo dos Ensaios, a noção de política montaigneana constitui um paradoxo: há nela um crítico temível que destrói as instituições, e um político prudente que, em razão do caos político, defende publicamente a necessidade de obediência ⁴⁵ às autoridades, instituições, costumes e leis, e privadamente, obediência a si mesmo. Estabelece uma demarcação entre a vida pública e a vida privada porque é necessário que a pessoa seja livre dentro do quadro das leis e que a autoridade do Estado, suas exigências e seu controle, sejam tão leves quanto possível ⁴⁶. O melhor governo é o que menos se faz sentir, o que assegura a ordem pública sem invadir a vida privada, sem pretender orientar todos os domínios, inclusive, os do espírito em todos os seus recantos. Saliente-se, porém, que para Montaigne a ordem não é imutável, muito menos divina. Governos, partidos, leis, costumes e tradição são diversos entre diferentes povos, além disso, tais coisas podem mudar. Montaigne vê com apreensão as divisões partidárias polarizadas, fragmentadas e politicamente radicalizadas que dilaceravam a França e que ameaçavam outros países: “Se olharmos ao redor de nós, podemos observar que todos os países [...] correm o risco de transformações e desastres [...] E aflige-me ainda imaginar que o mal mais próximo não está na alteração da massa inteira e aparentemente sólida e sim na sua possível divisão” ⁴⁷. Em razão disso ele pondera que os movimentos de mudança, que vêm para salvar, podem servir de pretexto perigoso para matar o doente. Por isso, apesar de demolir as verdades políticas, a moral e os costumes, Montaigne prefere se submeter à ordem herdada e à tradição, para o bem da ordem e da paz pública, como sugeria Sexto Empírico (1993).

Em questões importantes é preciso tomar partido e responsabilizar-se pelas escolhas feitas, ainda que se negue a conotação objetiva dos conceitos, transformando-os em categorias de avaliação, (que relativizam a tendência a absolutizar as próprias opções políticas, os costumes, leis e tradições do próprio país). Governos e nações são corpos coletivos e as formas de governo, as leis e os partidos são diversas, porque diversos são os povos:

⁴⁴ *Ensaios*, III, 1.

⁴⁵ De acordo com Starobinski, Max Horkeimer ao estudar Montaigne apresenta-o como um privilegiado economicamente, que só cuida de se refugiar na tibieza da vida privada e do passatempo cultivado e que defende com acusações nos *Ensaios* apenas o seu conforto. Entretanto, Horkeimer escreveu acertadamente que a obediência que Montaigne pregava, como bom cético, era obediência a uma monarquia em luta contra forças reacionárias e que a obediência em que se compraz o cético de hoje é a submissão à barbárie. Porém, como esse pensador da Escola de Frankfurt relaciona, de forma equivocada, o eu de Montaigne com a economia de mercado, Starobinski afirma que é possível relacionar Horkeimer equivocadamente com os stalinismo e com o gulag, com o mesmo raciocínio utilizado por ele. (STAROBINSKI, 1993, p. 316).

⁴⁶ Cfr. “Do útil e do honesto” e “Da vanidade” e “De poupar a vontade”.

⁴⁷ *Ensaios*, III, 9.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 1	Junho 2010	p.116-133
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

De todos os tipos de sociedades, o mais importante é aquela o indivíduo estabelece com o estado (*cum re publica*). Um Estado deve garantir aos cidadãos a conservação e a proteção se sua parte [do seu partido] [...]. Estados e cidades, foram criados para esta finalidade recíproca: que todos possam assegurar "a conservação através de cada um ('*ut sua tenerentur*')"⁴⁸.

Em lugar da unidade Montaigne encontra a fragmentação, de maneira que nenhum partido pode pretender ser modelo fixo, de ação política, de regra universal. Conseqüentemente os “partidos dos outros” não podem ser visto como aqueles que não têm a verdade, em contraposição ao “nosso partido” que tem a verdade. Nenhuma regra social pode provar que está baseada em uma norma absoluta de justiça. Nenhum partido pode dizer qual é a lei do mundo, mas ele próprio é mundo, pois não é possível viver sem tomar partido; ser é escolher. Toda relação com o ser é simultaneamente tomar e ser tomado⁴⁹. Não entramos na posse do ser, mas podemos nos aplicar em se sentir viver.

Montaigne, inclusive, alerta contra os riscos daqueles que passam aos atos políticos para reformar o Estado, as leis e os costumes, em nome de uma verdade que estão dogmaticamente certos de possuir. Neste caso, o que há não é apenas conflito, mas contestação, recusa das instituições (instituições de natureza e função jurídicas) e isso é prejudicial a todos, pois não se trata de veracidade, mas de dogmatismo. A exigência de veracidade permanece um dos critérios estáveis do posicionamento político de Montaigne. Por isso mesmo: “O filósofo deve, em alguma medida, ser um político”⁵⁰.

Conclusão

De acordo com Montaigne as virtudes do filósofo e do político são “*sagesse et prudence*”. A sabedoria (*la sophia*) é a virtude principal, seguida pela prudência⁵¹ (*la phronèsis*), que é o conhecimento das coisas a serem procuradas e das coisas a serem evitadas. Ele pensa a identidade como conformidade móvel consigo mesmo porque reflete, como um espelho partido, a paisagem na qual se movimenta por inteiro. Por isso, Montaigne age sem abandonar o eu, que é origem e fim. É

⁴⁸ Tradução nossa. Cfr. *De toutes les formes de sociétés, la plus importante est celle que l'individu entretient avec l'état (cum re publica). Um état qui doit garantir aux citoyens la conservation et la protection de leur partie [...]. Etats et Villes continue-t-il, furent créés à cette fin réciproque: que tous pourrissent assurer 'la conservation par chacun de son avoir ('ut sua tenerentur)* PANICHI, 2006, p. 81).

⁴⁹ MERLEAU-PONTY, Maurice. *Signos*. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 319.

⁵⁰ Tradução nossa. “[...] *Le philosophe doit, em quelque sort, se faire politicien*” (PANICHI, 2006, p. 81).

⁵¹ Sobre isso leia-se GOYET, Francis. *Montaigne and the notion of prudence. The Cambridge Companion to Montaigne*. New York: Cambridge University Press, 2005. Especialmente pps 127-132.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 1	Junho 2010	p.116-133
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

preciso “escutar” a própria experiência, pois sabedoria é atentar para os ensinamentos de nossa experiência.

Qual é, pois, o caráter e o limite da ação política? Argumentamos que em Montaigne há um pensamento político decidido e realista, respaldado na lealdade, na veracidade e na coragem que não retroage diante da perspectiva da morte. Em Montaigne, porém, não sobressaem labaredas repentinas; há um grande e contínuo braseiro. Montaigne é radical, no sentido de que ele não hesita jamais sobre o inadmissível⁵² por entender que há coisas que um homem de bem não faz nem em defesa do rei nem em defesa da ordem e da lei, como veremos. Há muita complexidade e radicalidade em sua escrita aparentemente fácil, serena e cautelosa. Esta radicalidade não salta aos olhos, por isso é mais temível; escondida que está no pensamento político de Montaigne a partir de uma coragem profunda e de uma veracidade em si mesmo, na luta “partidária”: “Quanto a mim, confio facilmente nos outros, mas não confiaria se viessem a supor tratar-se de um ato de fraqueza ou covardia e não por eu ser franco e acreditar na lealdade de meu adversário”⁵³.

Inspirando-se nos antigos, Montaigne escreve que é belo morrer de armas nas mãos⁵⁴ e que a firmeza de ânimo somente depende de nós. De tal sorte que a morte é mais abjeta, mesquinha e triste na cama do que na luta; “as febres e os catarros são tão dolorosos e mortais como um tiro de arcabuz”⁵⁵. Na época de Montaigne pensar diferente do esquema político-religioso implicava em risco de morte. Para ele, filosofar é aprender a viver como os trabalhadores braçais e destaca que *les plus mortes morts*⁵⁶ (as mortes mais integrais) como a do guerreiro, por exemplo, são as mais desejáveis: “meditar sobre a morte é meditar sobre a liberdade; quem aprendeu a morrer, desaprendeu de servir [...] quem ensinasse os homens a morrer os ensinaria a viver”⁵⁷. Não se deve adiar a hora de viver porque ignoramos o que irá ocorrer nos próximos segundos. Ele quer compensar a transitoriedade pela intensidade. Logo, é preciso viver o presente, experimentar as paixões com moderação (ressaltando, porém, que, de vez em quando, é preciso cometer alguns abusos) e preparar os mais jovens para o sofrimento e a morte:

É preciso acostumar o jovem à fadiga e à aspereza dos exercícios a fim de que se prepare para o que comportam de penoso as dores físicas, a luxação, as cólicas, os cautérios e até a prisão e a tortura, que nesta também pode vir a cair nos tempos que correm, e que tanto atingem os bons como os maus⁵⁸.

⁵² STAROBINSKI, Jean. Montaigne em movimento. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia da Letras, 1993, p. 26.

⁵³ *Ensaio*, I, 5.

⁵⁴ *Ensaio*, III, 13.

⁵⁵ *Ensaio*, III, 13.

⁵⁶ As mortes abruptas em oposição às mortes em que as pessoas se extinguem gradualmente.

⁵⁷ *Ensaio*, I, 20.

⁵⁸ *Ensaio* I, 26.

Nunca é demais lembrar que Montaigne é o filósofo de muitos olhos que observa as muitas partes do todo. Sendo assim, concordamos com a afirmação que “Montaigne é partido, atento ao que há de fortuito e de inacabado no ser humano”⁵⁹, chocando-se e contradizendo-se: “O que encontramos nas coisas mais semelhantes é a diversidade, a variedade”⁶⁰. Reconhece a diversidade com que o juízo se apresenta entre os homens. Tal diaphonia – diversidade de discursos de valor equivalente sobre o mesmo assunto – denota, então, que nenhum deles constitui conhecimento efetivo e servem somente para alimentar nossa curiosidade. Na perspectiva montaigneana, para perseguir a verdade é necessário um tipo de contradição em que o eu se multiplica⁶¹. Esta é a razão quando o ensaísta nos alerta: “Assim, é bem certo que me contradigo ocasionalmente, mas a verdade – como dizia Dêmades – não a contradigo de modo algum”⁶². Para o escritor, os homens não podem sempre estar de acordo nem mesmo sobre o que dizem, quando dizem uma mesma coisa. Montaigne procura decifrar-se cada vez mais fundo, cada vez mais “ele mesmo” e “nele mesmo”. Em razão de sua integridade moral, ele requer de seu discurso veracidade; a isso ele se entregou completamente “de boa fé”⁶³, como informa ao leitor na primeira página dos Ensaaios. Daí a importância de investigar as implicações da noção de subjetividade e os fundamentos do ceticismo, que servem de base para o pensamento político de Montaigne. Ou seja, estudamos a questão da ordem política buscando apreender em seu pensamento os contornos políticos de sua reflexão, tendo como eixo as questões da razão de Estado e da obediência política. Desta maneira:

O conhecimento de si em Montaigne é diálogo consigo mesmo, é uma interrogação dirigida a esse ser opaco que ele é e de quem espera resposta, é como um “ensaio” ou uma “experiência” de si mesmo. Propõe-se uma investigação sem a qual a pureza da razão seria ilusória e finalmente impura. [...] e ele imaginou um livro onde, de uma vez por todas, se encontrassem expressas não só idéias, mas também a própria vida em que surgem e que lhes modifica o sentido⁶⁴.

O pensamento político de Montaigne tem como contexto conflitos ideológicos exasperados, crises e situações político-sociais que se aprofundam, numa sociedade em transformação. De modo que para este estudo, importa destacar o que Montaigne reflete sobre a sociedade, as lutas partidárias, a

⁵⁹ MERLEAU-PONTY, 1991, p. 226.

⁶⁰ *Ensaaios* III, 13.

⁶¹ De tal maneira que, de fato, ao adentrarmos no pensamento montaigneano parece que penetramos em uma sala de espelhos, em que o “eu” se multiplica (STAROBINSKI, 1993, p. 54).

⁶² *Ensaaios*, III, 2.

⁶³ Montaigne inicia os *Ensaaios* com uma advertência ao leitor: “Eis aqui, leitor, um livro de boa fé. Advirto-o, inicialmente, que não me propus nenhum outro fim que doméstico e privado. Não há nenhuma preocupação com a glória. Minhas forças não são capazes de um tal projeto. Votei-o em particular a meus parentes e amigos [...]. *“C’est icy un livre de bonne foy, lecteur. Il t’avertit dès l’entrée, que je ne m’y suis proposé aucune fin, que domestique et privée. Je n’y ay nulle consideration de ton service, n’y de ma gloire. Mes forces ne sont pas capables d’un tel dessein. Jê l’ay voué à la commodité particulière de mes parents et amis [...].* MONTAIGNE, M. de. *Oeuvres Completes*. Éditions Gallimard, 1962, p. 09 – tradução nossa)

⁶⁴ MERLEAU-PONTY, 1991, p. 223.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 1	Junho 2010	p.116-133
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------

violência e guerras, porque vivencia também uma revisão total dos valores morais e materiais do mundo. Montaigne, inclusive, participa dessas lutas que acarretaram tais rupturas e se posiciona politicamente. Há um ponto em seu pensamento que tem conseqüências políticas: entende que pouca relação existe entre nossos atos, sempre em contínua transformação, e as leis, que são fixas e estáticas e conclui que devemos adotar as melhores regras⁶⁵, mas não submetemo-nos a elas cegamente.

Referências

- BERNS Thomas. *La politique de l'amitié chez Montaigne*. Actes Du Colloque International tenu à University of Chicago (Paris) lês 29 et 30 avril 2006.
- BRAHAMI, Frédéric. *La place du politique dans les Essais*. Actes Du Colloque International tenu à University of Chicago (Paris) lês 29 et 30 avril 2006.
- CARDOSO, Sergio. *Uma fé, um Rei, uma Lei*. Anexo ao Relatório. s/d.
- CARDOSO, Sergio. *O homem, um homem: do humanismo renascentista a Michel de Montaigne*. In: Perturbador Mundo Novo. Ed. Escuta, São Paulo, 1992.
- DEMONET, Marie-Luce. *Le politique Nécessaire de Montaigne*. Actes Du Colloque International tenu à University of Chicago (Paris) lês 29 et 30 avril 2006.
- EVA, Luiz. *A Figura do Filósofo: ceticismo e subjetividade em Montaigne*. São Paulo: Ed. Loyola, 2007.
- FETZ, Reto Luzius. Michel de Montaigne – Filosofia como busca por auto-identidade. *Filósofos da Renascença*, Unisinos, 1999.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Signos*. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MONTAIGNE, Michel de. *Ensaaios*. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Abril, 1980.
- MONTAIGNE, Michel de. *Oeuvres Completes*. Editions Gallimard, 1962. Bibliothèque de La Pléiade.
- MONTAIGNE, Michel de. *Ensaaios*. Trad. Rosemary C. Abílio⁶⁶. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Paidéia).
- SCORALIK, André. *Experiência e Moralidade no último dos Ensaaios de Montaigne*. São Paulo: USP, 2008. Diss.
- SMITH, Plínio. *Continuar e Conservar: Montaigne e o poder*. História: Questões e Debates. Curitiba: Ed. UFPR, n. 25. (Dossiê “Intelectuais e Poder”).
- STAROBINSKI, Jean. *Montaigne em movimento*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia da Letras, 1992.
- THEOBALDO, Maria Cristina. *Sobre o “Da educação das crianças”*: a nova maneira de Montaigne. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2008.
- VILLEY, Pierre. *Os Ensaaios de Montaigne*. Montaigne. Ensaaios, Livro I. Tradução, prefácio e notas de Sergio Milliet. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo, 1961.

Trabalho recebido em 13/09/2010. Aceito para publicação em 19/10/2010.

⁶⁵ Sobre isso leia-se SCHNEEWIND, J.B. Montaigne and moral philosophy and the good life. The Cambridge Companion to Montaigne. New York: Cambridge University Press, 2005. Especialmente pps 217-225

⁶⁶ Esta é a mais recente tradução dos *Ensaaios* e foi feita por Rosemary Costhek Abilio, publicada no ano 2000, pela Editora Martins Fontes de São Paulo. A considerada “clássica” é a tradução de Sérgio Milliet, surgida em 1961, pela Editora Globo de Porto Alegre, e republicada posteriormente pela Editora da Universidade de Brasília, bem como na coleção Os Pensadores, da Editora Abril de São Paulo.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 1	Junho 2010	p.116-133
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	-----------